

NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO SEXUAL E OS RUMOS DA AUTONOMIA

Rita de Cássia PORTELLA¹, Rochele da Silva SANTAIAANA²

¹ Mestranda Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); ² Professora Adjunta Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

rita-portella@uergs.edu.br; rochele-santaiana@uergs.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UERGS

Resumo

O presente trabalho é parte integrante de dissertação de Mestrado em Educação que analisa, através de ferramentas e teorizações de Michel Foucault, a construção de uma Educação Sexual Brasileira pautada nas diferentes, variáveis e amplamente possíveis formas de sexualidade constitutivas, e como elas emergem na construção de currículos da área da pedagogia. Para este momento selecionamos alguns aspectos particularmente pautados na governamentalidade neoliberal que se manifesta, e procuramos analisar as políticas de cerceamento da liberdade de ensinar, mais especificamente voltadas à Educação Sexual. A própria genealogia de uma Educação Sexual é o resultado que vem acenando.

INTRODUÇÃO

A governamentalidade quase sem nome que se instaurou em no Brasil ainda quer ser chamada de neoliberalismo, mas tem características muito particulares. Nos aproximamos de diversas nações que elegeram recentemente governos inversamente ideológicos aos seus antecessores. Este “novo”, que busca aspectos de um utópico passado, apresenta um sistema de fatos constituído de forma aligeirada que gera a impressão de que o governo das condutas era mais eficiente e consolidava crescimento econômico (FOUCAULT, 2008; VEIGA-NETO, 2005; CASARA, 2019). Talvez a associação com o passado de forma essencialista permita o retorno das instituições religiosas em muitos âmbitos das discussões políticas, para as quais já as teríamos praticamente abandonado, em especial em termos de Educação Sexual (JUNQUEIRA, 2017; MACEDO, 2017). Uma memória curta, podemos dizer, se tomarmos como referência monumental a Constituição de 1988 e as grandes mudanças conquistadas por movimentos sociais desde então (NARDI, 2010). Associações muito volúveis e quase míticas remetem a um passado que nunca aconteceu, pois algumas manifestações da contemporaneidade vêm ampliando o discurso de que quando não falávamos de sexualidade na escola as crianças mantinham sua pureza (LOURO, 2014). Trata-se de um medo social, pois a educação sexual é muitas vezes vista como exercício de desvio de condutas para esta parcela, por ampliar o poder discursivo daquele que expõe sua diferença (FOUCAULT, 2015). Podemos dizer que esta fórmula de controle não é devidamente reflexiva porque vai contra os princípios próprios ao neoliberalismo. Além da repressão à uma educação sexual escolar (SEFFNER, 2016), todo um conjunto de iniciativas paralelas vem gerando regimes de governo autoritários, de um poder político sem limites (CASARA, 2019), que perpassa nosso histórico escravocrata e ditatorial esquecendo dele, repetindo muitos erros, evocando um essencialismo ultrapassado para as ciências sociais, principalmente por seu aspecto identitário e segregativo (GADELHA, 2009).

Conceitualmente, ainda vivemos numa democracia. Por conceito, democracia¹ seria um regime político onde o poder é exercido pelo povo, em sua plena representação, por meio do voto. O que trouxe nosso país ao atual momento político não foi a escolha, pelo povo, de um governante. Um paradoxo do pensamento atual seria imaginar este povo elegeu legítima e

¹ <https://www.dicio.com.br/democracia/>

democraticamente um governo a favor do regime ditatorial imposto em 1964, que é inversamente ideológico e prevê a não realização de pleitos para eleição de governantes. Este processo é muito engenhoso, é historicamente constituído, e precisa engendrar lógica na constituição das subjetividades. Estas amarras históricas nos remetem também a procurar compreender como um país que se gerenciou durante muitos anos procurando ser internacionalmente visto como aberto às possibilidades de descobertas das sexualidades (FREYRE, 2005; PRIORI, 2011; FARIA, 2013), hoje procura eximir-se enquanto Estado da educação sexual institucional. Projetos de lei como o Escola Sem Partido (BRASIL, 2015b) pulverizam outras tantas ações que fazem com que diversas casas legislativas retirem os termos gênero e sexualidade dos planos de ensino (BRITTO, 2015).

Uma das amarras que fez com que ocorresse esta engenhosa manipulação seria a necessidade de culpar a democracia pelos problemas sociais e convencer a população desta *verdade*. A democracia, esta que vem acompanhada por ganhos sociais, aumento do direito de trabalhadores, reconhecimento de lutas sociais minoritárias, representa para o neoliberalismo um inimigo que precisa ser desarticulado. Entre as lutas sociais questionadas está a luta por igualdade de direitos das mulheres e os direitos das populações LGBTI². Confusos em seus argumentos, os articuladores destas ações mobilizam o brasileiro médio a manipular o cerceamento da liberdade de educar (BRASIL, 2015b; SEFFNER, 2017). As diferentes ações grupais são articuladas, ideológicas, momentâneas, necessárias e performáticas, e acreditam nas suas próprias verdades. Mas a busca por culpabilizar identidades de gênero enquanto proliferadoras de uma *ideologia de gênero* nos parece mais (entendemos, de fato, como um particularismo perigoso) a geração de um dispositivo preocupado com a sexualidade daqueles que, ao menos em fundamentação teórica, pretendem exatamente o inverso: a igualdade de direitos entre todas as representações de gêneros.

Como a mentalidade neoliberal já há muito instaurada evoca o subjetivado individualismo, a busca pelo governo de si e o empreendedorismo econômico, estimula-se a descentralização estatal, o descrédito nas instituições de serviços e, por consequência, uma desvalorização avassaladora da educação em seu conceito institucional apresentado (FOUCAULT, 2010; GADELHA, 2009). Além do descrédito institucional, há uma supervalorização da capacidade de autoadministração do sujeito. O indivíduo acredita ser portador de todas as capacidades intelectuais necessárias para discernir o *certo* e o *errado*, com base em suas próprias e constitutivas *verdades*, o que o faz deliberar a respeito da educação sexual de seus filhos, de seu conceito de liberdade com relação às outras constituições identitárias segregadas pelo mesmo neoliberalismo, numa superioridade reafirmada com a decadência dos sistemas de governo mais voltados ao bem estar geral das populações. Os direitos humanos, o reconhecimento dos direitos minoritários e, em nossa particular análise, a abertura para discussão de temas relacionados à sexualidade e ao gênero em âmbito educacional tornaram-se, no nosso momento governamental, os inimigos do sujeito neoliberal.

Travar um embate com estas opiniões não é nosso papel. Nosso papel é compreender que este sujeito brasileiro neoliberal, eleitor de governos quase classificáveis como fascistas, é o mesmo que pretende requerer para si a responsabilidade de classificar e julgar todas as esferas de serviços e relações. O autogerenciamento do conhecimento transborda em diversas esferas da rotina dos sujeitos. Em uma visão ampla, a busca pela educação domiciliar ter tomado dimensão a ponto de ser buscada junto ao novo governo do país é um sintoma de que o sujeito neoliberal quer gozar de sua liberdade de educar seus filhos, apesar de não ter formação para tal. Não há junto ao projeto de lei nenhuma menção à formação pedagógica mínima (BRASIL, 2015; CAFARDO, 2019).

² LGBTI – lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e intersexual. Esta sigla não abarca toda a diversidade sexual, mas procura aproximar-se de seu entendimento. Importante compreender que ela é transitória, frágil, não abrangente, e precisa ser revista em seu caráter identitário (NARDI, 2010).

A disseminação de áreas de conhecimento, característica muito peculiar da governamentalidade neoliberal, é praticamente desfalcada nesta investida. A corrente tecnicista que é bandeira apregoada pelo Governo atual nos permite um paradoxo: com toda a especialização que concerne à mentalidade neoliberal para a propagação de novas áreas de conhecimento parece ir na contramão a realidade de que as pessoas estão, cada vez mais, realizando trabalhos e tarefas por conta própria. A crescente febre dos vídeos de internet denominados “tutoriais” é uma prova desta mudança. Uma vez que o sujeito consegue compreender a forma como os especialistas realizam tarefas práticas, ele pode seguir um tutorial e realizar trabalhos manuais.

Ocorre que, na era da virtualização de orientação de práticas e manufaturas, a educação também ganha inúmeros materiais disponibilizados para o “faça você mesmo”. Projetos completos, pedagogicamente viáveis ou não, são divulgados e, na maioria dos casos, vendidos, para que pessoas sem o preparo acadêmico sejam tutoras ou aprendam através de tais aulas. As próprias universidades, em seus cursos de modalidade EAD, disponibilizam o auxílio de tutores não necessariamente especialistas ou formados nas disciplinas para as quais estão sendo direcionados a auxiliar. Editais para tutoria a distância exigem apenas a graduação mínima para que os cursos sejam ministrados.

Voltando ao que nos concerne, aquilo que compreendemos por uma educação em Gênero e Sexualidade, encontramos um estudante totalmente assustado com o assunto quando já encaminhada sua constituição subjetiva. Enquanto pesquisadoras, por estarmos apoiadas numa perspectiva pós-estruturalista, compreendemos esta como forma de nos distanciarmos de uma postura ideológica e militante (FOUCAULT, 2015b; NARDI 2010). O método não é único, pois isto mesmo seria uma contradição teórica, mas o cuidado com que são trabalhados os conceitos de liberdade, com auxílio das premissas dos direitos humanos, torna a pesquisa pós-estruturalista uma acertada ferramenta para o desenvolvimento salutar das discussões. Enfim, receamos que a falta de preparo para tratar de Gênero e Sexualidade não afeta apenas a qualidade da educação – que encontra nos seus preceitos assuntos intocáveis – mas ainda o reconhecimento do estudante e de seu professor daquilo que é constituidor de identidades. O medo da especialização, a busca pela especialização, falar sobre sexo, não falar sobre sexo... há uma permissividade comedida, um controle do discurso, a premissa de que uns poucos são os eleitos. Neste sentido, ao invés de uma busca acelerada por conhecimento há uma busca acelerada por respostas básicas, fáceis, e entre elas cabe ao sexo o não falar (FOUCAULT, 2014; 2015).

MATERIAIS E MÉTODOS (ou METODOLOGIA)

A partir de leituras atualizadas do momento governamental e histórico do nosso país, da apropriação de conceitos como o de *ideologia de gênero* e das atuais políticas de cerceamento da liberdade de ensinar, embasamo-nos nas teorias foucaultianas para governamentalidade e biopolítica, procurando analisar os discursos mais emergentes, dando ênfase para as relações educacionais com conteúdos de gênero e sexualidade. Tais discursos têm sido encontrados nos noticiários e em debates do âmbito acadêmico³.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um primeiro resultado, ainda em construção na dissertação de mestrado, vem sendo a elaboração de uma genealogia, ensaiada em termos de reconhecer como o povo brasileiro constituiu sua educação sexual a partir do reconhecimento e do não reconhecimento de inúmeras e inquietas sexualidades subjetivadas.

³ BRITTO, 2015; SEFFNER, 2017; MACEDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017; CASARA, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou CONCLUSÕES

A mesma mentalidade que quer dizer-se neoliberal e que se pretende autônoma inverte sua investida quando não gerencia a autonomia de sua população para identificar, lidar e compreender sua sexualidade e gênero. A escola, enquanto dispositivo histórico e biopolítico, seria um instrumento de propagação e controle. Poderia (deveria), a partir da adequada apropriação, disseminar mais que a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o controle da natalidade, a ampliação de direitos a serem tratados pelas políticas públicas. Mais que esta visão biologistica (não pouco importante), a escola precisa auxiliar o aluno a compreender através de nossa história pregressa que as possibilidades para constituição da sexualidade são ilimitadas, volúveis, consequentes, não permanentes, inquietas e, principalmente, constituidoras das novas próximas sexualidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei número 3261 de 8 de outubro de 2015*. Autoriza o ensino domiciliar na educação Básica. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>>. Acesso em 8 de março de 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei número 867 de 23 de março de 2015(a)*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Projeto Escola Sem Partido”. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em 3 de março de 2019.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. *Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem ‘ideologia de gênero’*. Folha de São Paulo, 25 de junho de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em 3 de abril de 2018.

CAFARDO, Renata. *Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro*. Jornal O Estado de São Paulo, edição de 10 de março de 2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,grupos-religiosos-estimulam-defesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-bolsonaro,70002749631>. Acesso em 10 de março de 2019.

CASARA, R. R. R. *Neoliberalismo e autoritarismo, uma história de amor*. Revista Cult, 2 de maio de 2019. Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2019/05/02/neoliberalismo-e-autoritarismo-uma-historia-de-amor-por-rubens-r-casara/>. Acessado em 03 de maio de 2019.

FARIA, Sheila de Castro. Imoral para quem? Dossiê Sexo e poder no Brasil. *Revista História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 8, nº 93, p. 26-28, junho 2013.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. *A História da Sexualidade – Volume I: A vontade de saber*. 3 edição. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50 ed. Recife: Global Editora, 2005.

GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. “*Ideologia de Gênero*”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos tornou-se uma “ameaça à família natural”? In.: RIBEIRO, Paula R.; MAGALHÃES, Joanalira C. (org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. Furg, p. 25-52, 2017.

LOURO, Guacira. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. Campinas: *Revista Educação e Sociedade*, v.38, nº 139, p. 507-524, abr-jan, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2018.

NARDI, Henrique Caetano. Políticas públicas, governamentalidade e diversidade sexual: as tecnologias da educação como campo de investimento e inflexão do dispositivo da sexualidade. In.: SOUZA, Solange Jobim; MORAES, Márcia. *Tecnologias e modos de ser no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora PUCRio. 2010, p. 75-98.

PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

SEFFNER, Fernando; PICCHETTI, Yara de Paula. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? *Revista Reflexão e Ação*, v. 24, nº 1. Santa Cruz do Sul: UNISC, jan-abr 2016, p. 61-81. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986/pdf>. Acesso em 9 de junho de 2019.

SEFFNER, Fernando. *Escola Pública e Função Docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar*. In.: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Presente em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488969068_ARQUIVO_FernandoTextoHistoriadoresDemocraciaANPUHSP.pdf. Acesso em 9 de junho de 2019.

VEIGA-NETO, A. Governo ou Governamento. *Currículo sem Fronteiras*, v.5, n.2, p. 79-85, Jul-Dez 2005. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>. Acessado em 3 de maio de 2019